

Epistemologias Feministas e Práticas Decoloniais na Divulgação Científica: Visibilizando Vozes de Mulheres Negras na Construção do Conhecimento

Feminist Epistemologies and Decolonial Practices in Science Communication: Making Black Women's Voices Visible in the Construction of Knowledge

Epistemologías Feministas y Prácticas Decoloniales en la Divulgación Científica: Visibilizando las Voces de Mujeres Negras en la Construcción del Conocimiento

Alcione Aparecida da Silva¹

Marcos Cesar Danhoni Neve²

Fausto Neves Silva³

Vitor Emanuel Dantas da Silva⁴

Resumo

Este trabalho discute como as epistemologias feministas negras e as práticas decoloniais podem reconfigurar a divulgação científica, transformando-a em espaço de resistência, reconstrução e justiça cognitiva. Com base em uma abordagem qualitativa e uma revisão de literatura crítica, o estudo analisa como essas perspectivas desafiam os modelos tradicionais de produção e circulação do conhecimento, historicamente marcados por exclusões de raça, gênero e classe. As epistemologias feministas negras, ao valorizar a subjetividade, a oralidade, a ancestralidade e a experiência vivida, propõem uma nova escola de pensamento epistêmico, enquanto as práticas decoloniais questionam a colonialidade do saber e promovem a legitimação de saberes plurais. A análise de iniciativas brasileiras, latino-americanas e africanas evidencia o potencial transformador da divulgação científica quando ancorada em perspectivas interseccionais e coletivas. Conclui-se que, ao incorporar vozes historicamente marginalizadas, a ciência deixa de ser um campo neutro para se afirmar como território político, plural e emancipador.

Palavras-chave: Epistemologias Feministas; Decolonial; Mulheres; Negras; Divulgação.

Abstract

This paper discusses how Black feminist epistemologies and decolonial practices can reconfigure science communication, transforming it into a space of resistance, reconstruction, and cognitive justice. Based on a qualitative approach and a critical literature review, the study examines how these critical perspectives challenge traditional models of knowledge production and circulation, historically shaped by exclusions of race, gender, and class. Black feminist epistemologies, by valuing subjectivity, orality, ancestry, and lived experience, propose a new school of epistemic knowledge, while decolonial practices question the coloniality of knowledge and foster the legitimacy of plural ways of knowing. The analysis of Brazilian, Latin American, and African initiatives highlights the transformative potential of science communication when anchored in intersectional and collective perspectives. The study concludes that, by incorporating historically marginalized voices, science ceases to be a neutral field and becomes a political, plural, and emancipatory territory.

Keywords: Feminist Epistemologies; Decolonial; Women; Black; Science Communication.

¹ Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR – Brasil.

² Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR – Brasil.

³ Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR – Brasil.

⁴ Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR – Brasil.

Resumen

Este trabajo propone reflexiones sobre cómo las epistemologías feministas negras y las prácticas decoloniales pueden transformar la divulgación científica en un espacio de disputa, creación y reexistencia. A partir de un enfoque cualitativo, se realizó una revisión bibliográfica con el objetivo de comprender cómo estas perspectivas críticas tensionan los modelos tradicionales de producción y circulación del conocimiento científico. Los resultados indican que las epistemologías feministas negras denuncian la exclusión histórica de las mujeres negras de los espacios científicos, al mismo tiempo que proponen alternativas basadas en experiencias vividas, saberes situados y colectividad. Las prácticas decoloniales, por su parte, desestabilizan las jerarquías epistémicas impuestas por la colonialidad, abriendo caminos hacia formas plurales de conocimiento. La discusión señala la necesidad urgente de repensar la ciencia como un territorio político. Se concluye que la divulgación científica puede (y debe) ser una herramienta de transformación social al incorporar voces históricamente marginadas en la construcción del saber.

Palabras clave: Epistemologías Feministas; Decolonial; Mujeres; Negras; Divulgación Científica.

Introdução

[...] a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademas como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas (Carneiro, 2003, p. 2-3).

A afirmação de Sueli Carneiro (2003, p. 2-3) sobre a necessidade de superar o racismo como complemento à luta contra a hegemonia masculina é fundamental para compreendermos os desafios de uma agenda feminista interseccional. Essa reflexão ganha relevância no contexto da divulgação científica, campo historicamente marcado pela universalidade branca, masculina e ocidental, que silencia vozes de grupos subalternizados, como as mulheres negras. A ausência dessas vozes não é apenas um apagamento simbólico, mas um epistemicídio (Carneiro, 2003), ou seja, a destruição sistemática de saberes marginalizados.

Historicamente, as mulheres negras foram sistematicamente excluídas dos espaços formais de produção do conhecimento, sendo frequentemente relegadas a papéis subalternos ou invisibilizadas mesmo quando contribuíram de forma significativa para o avanço científico. Essa marginalização não ocorreu apenas por meio da negação de acesso as instituições científicas, mas também pelo apagamento de suas contribuições nos registros oficiais da ciência. Como consequência, criou-se uma narrativa hegemônica em que a figura do cientista é majoritariamente masculina, branca e ocidental, reforçando estereótipos e limitando a diversidade epistêmica; reconhecer essa exclusão histórica é essencial para compreendermos a urgência dessa temática.

Nesse cenário, as epistemologias feministas negras e decoloniais emergem como alternativas radicais. Autoras como Patricia Hill Collins (2019) e Carla Akotirene (2019) questionam a noção de neutralidade científica, destacando que todo conhecimento é produzido por sujeitos situados — marcados por raça, gênero e classe. Essa crítica se alia ao pensamento decolonial (Lugones, 2008; Mignolo, 2003), que denuncia a colonialidade

do saber (Quijano, 2005), ou seja, a hierarquização eurocêntrica que deslegitima conhecimentos africanos, indígenas e comunitários.

A presença de mulheres negras na ciência, no entanto, não se resume à representação numérica. Suas trajetórias desafiam escolas de pensamento sedimentadas ao incorporar saberes ancestrais, oralidade e experiências cotidianas na produção do conhecimento. Projetos como "Meninas e Mulheres nas Ciências" (Costa et al., 2022), que resgata biografias de cientistas negras, e "Deusa Cientista" (Eller, 2025), que utiliza podcasts para democratizar a ciência, exemplificam práticas que rompem com estereótipos e promovem justiça cognitiva — conceito que reconhece a validade de múltiplas formas de saber.

Essas iniciativas, porém, enfrentam resistência institucional. A academia e agências de fomento ainda privilegiam padrões eurocêntricos, deslegitimando metodologias decoloniais. Assim, este trabalho, propõe analisar como epistemologias feministas e decoloniais podem transformar a divulgação científica em um espaço de reexistência — termo cunhado por Lugones (2008) para descrever estratégias de sobrevivência e reinvenção em contextos opressivos.

Metodologia

Este estudo configura-se como uma revisão crítica de literatura, com abordagem qualitativo-interpretativa, voltada à análise de produções acadêmicas e iniciativas que discutem a inserção de epistemologias feministas e decoloniais no campo da divulgação científica. Foram utilizadas como fontes principais livros e artigos científicos, não sendo adotado um recorte temporal, com ênfase em autoras(es) reconhecidas(os) nos campos da epistemologia feminista, estudos decoloniais e interseccionalidade, abaixo encontra-se uma tabela com os(as) autores(as) de maior referência para esse estudo em ordem cronológica:

Tabela 1 – Autoras(es) referência para o estudo

Autor(a)/Ano	Título da Obra	Observação
Gonzalez, L. (1984)	Racismo e sexismo na cultura brasileira	Precursor da abordagem interseccional no Brasil.
Keller, E. F. (1982)	Feminism and Science	Propõe a divisão entre epistemologias feministas liberal, radical e semi-radical.
Harding, S. (1991)	Whose Science? Whose Knowledge?	Marco na epistemologia feminista; questiona objetividade e androcentrismo.
Louro, G. L. (1997)	Gênero, Sexualidade e Educação	Aporta o conceito de sujeitos situados e crítica à neutralidade científica.
Quijano, A. (2000)	Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina	Origem do conceito de colonialidade do poder e crítica ao saber hegemônico.
hooks, b. (2000)	Feminism is for Everybody	Destaca o feminismo como projeto político inclusivo.
Collins, P. H. (2000)	Black Feminist Thought	Estrutura a matriz de dominação e saberes localizados.
Keller, E. F. (1995)	Reflections on Gender and Science	Relaciona a ciência com atributos de masculinidade e exclusão de mulheres.

Autor(a)/Ano	Título da Obra	Observação
Alcoff, L. & Potter, E. (1993)	Feminist Epistemologies	Obra de referência para sistematização das epistemologias feministas.
Mignolo, W. (2003)	A ideia de América Latina	Fundamenta a colonialidade do saber e a necessidade de ruptura epistêmica.
Carneiro, S. (2005)	A construção do outro como não-ser	Aponta o racismo como fundante do pensamento moderno ocidental.
Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009)	Epistemologias do Sul	Fundamenta justiça cognitiva e crítica à ciência eurocentrada.
Lugones, M. (2008)	Colonialidade e Gênero	Introduz o conceito de “colonialidade do gênero”; articulação raça/gênero.
Longino, H. (1999)	The Fate of Knowledge	Defende o conhecimento como empreendimento social; crítica ao modelo neutro.
Ribeiro, D. (2017)	O que é lugar de fala?	Reflexão sobre silenciamento epistêmico e legitimidade da fala.
Kilomba, G. (2016)	Memórias da Plantação	Propõe um saber encarnado, subjetivo e decolonial; crítica à colonialidade do saber.
Sattler, M. (2019)	Corpos que não importam na ciência	Denúncia do epistemocídio; contribuições para uma ciência interseccional.
Fraser, N. (2019)	Feminism for the 99%: A Manifesto	Reivindica justiça redistributiva, de reconhecimento e representação.
Crasnow, S. (2020)	Feminist Philosophy of Science	Atualiza os debates sobre epistemologia feminista e ciência.
Stengers, I. (2018)	Another Science is Possible: A Manifesto for Slow Science	Defende uma “ecologia de práticas” contra a ciência tecnocrática.

Fonte: Autoria Própria (2025).

A seleção das iniciativas analisadas – como os projetos “Meninas e Mulheres nas Ciências” e “Deusa Cientista” – obedeceu a critérios de relevância temática, inovação metodológica e comprometimento com a justiça cognitiva, privilegiando experiências que rompem com padrões eurocêntricos e promovem a democratização do conhecimento.

A opção por uma abordagem qualitativo-interpretativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que exige a consideração dos sentidos, discursos e contextos socioculturais nos quais os saberes são produzidos e legitimados. Tal perspectiva possibilita compreender criticamente os processos de construção do conhecimento e os desafios enfrentados pelas epistemologias dissidentes na disputa por reconhecimento no campo científico.

Mas Afinal, o que é Epistemologia Feminista?

Definição e Origem

A Epistemologia, termo oriundo do grego *episteme* (conhecimento) e *logos* (discurso ou estudo), configura-se como o campo de investigação voltado para a análise das bases, limites e possibilidades do conhecimento, isto é, trata-se de um domínio no qual o conhecimento volta-se para sua própria crítica e compreensão (Oliva, 2011). Por meio desse arcabouço teórico, delimitam-se os critérios que definem os modos de conhecer, os

objetos passíveis de investigação e os sujeitos legitimados como produtores do saber (Louro, 1997).

De acordo com Lima, Arouche e Nunes (2022) a epistemologia feminista é uma abordagem crítica que examina como o conhecimento é produzido, validado e transmitido, destacando as influências de gênero, raça, classe e outras categorias sociais nesse processo, questionando a pretensa neutralidade e objetividade da ciência tradicional, argumentando que essas características frequentemente refletem perspectivas dominantes, excluindo vozes marginalizadas. Essa epistemologia propõe a valorização de saberes situados, reconhecendo que todo conhecimento é produzido a partir de contextos específicos e que a inclusão de diversas experiências pode enriquecer a compreensão científica.

O surgimento da epistemologia feminista está intimamente ligado aos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970, que desafiaram as estruturas patriarcais em diversas esferas sociais, incluindo a ciência. Durante esse período, obras seminais como "The Feminine Mystique" de Betty Friedan (1963) e "Sexual Politics" de Kate Millett (1970) criticaram a exclusão das mulheres do discurso científico e acadêmico. Na década de 1980, autoras como Sandra Harding, com "The Science Question in Feminism" (1986), e Evelyn Fox Keller, com "Reflections on Gender and Science" (1985), consolidaram a epistemologia feminista como um campo acadêmico, propondo uma reavaliação dos fundamentos da ciência a partir de uma perspectiva de gênero (Rocha; Gomes; Rocha, 2022).

No cenário científico, distintas correntes epistemológicas coexistem; entretanto, é a epistemologia hegemônica que impõe os parâmetros de validação do conhecimento, estabelecendo quais temáticas são consideradas dignas de investigação, quais métodos são aceitos como legítimos e quais referenciais interpretativos devem ser adotados para a construção do que se concebe como verdade.

Considerando que toda formulação teórica ou perspectiva interpretativa se ancora em um contexto social, cultural e histórico específico, não existe epistemologia universal ou isenta de influências, uma vez que toda produção de conhecimento advém de sujeitos situados, portadores de experiências singulares e marcados por subjetividades próprias (Kilomba, 2016; Harding, 1991).

Nesse sentido, abordagens feministas têm enfatizado que as supostas premissas de imparcialidade sustentadas pelas tradições epistemológicas consagradas sempre refletiram as condições e posições do sujeito que as elabora (Sattler, 2019; Alcoff & Potter, 1993). Assim, a noção de neutralidade epistemológica se revela ilusória, sendo justamente aquelas que se pretendem isentas as que mais se distanciam de tal condição (Santos & Meneses, 2009).

Correntes Epistemológicas Feministas

Para os adeptos da epistemologia tradicional, cuja concepção de objetividade se sustenta em uma perspectiva abstrata e destituída de corporeidade, a associação entre feminismo – enquanto projeto teórico e movimento social intrinsecamente político – e

epistemologia pode parecer contraditória. No entanto, para as pensadoras feministas, essa articulação se apresenta como uma exigência incontornável. A epistemologia feminista, nesse sentido, empenha-se em examinar as interconexões entre política, valores e contexto sociocultural no desenvolvimento da prática científica, propondo alternativas metodológicas e conceituais que integrem tais dimensões (Longino, 1999; Schiebinger, 2001).

Compreender essa relação sob uma ótica política e epistemicamente emancipatória constitui um vetor essencial para a reconfiguração do conhecimento e para a transformação das estruturas sociais. As investigações sobre a interseção entre feminismo e produção científica emergem, sobretudo, a partir da década de 1980, impulsionadas pelo crescente ingresso de mulheres no campo acadêmico e pelo avanço das teorias feministas. Desde então, diversas pesquisadoras têm se dedicado a examinar as dinâmicas de poder que permeiam a relação entre gênero e conhecimento, evidenciando os vieses excludentes e as estruturas opressivas que sustentam a construção da ciência (Harding, 1991; Keller, 2006).

Nesse percurso, propõem alternativas voltadas à reconfiguração desse domínio em uma perspectiva emancipatória. A epistemologia feminista tem se dedicado à problematização da natureza do conhecimento e dos critérios que fundamentam sua legitimidade, promovendo uma revisão crítica dos princípios estruturantes da epistemologia tradicional, notadamente os conceitos de objetividade e universalidade, aos quais confere novas interpretações (Alcoff; Potter, 1993).

Por se tratar de um campo teórico caracterizado por sua pluralidade de abordagens, diversas autoras optam por utilizar a expressão "epistemologias feministas" no plural (Sardenberg, 2007; Harding, 1991; Alcoff; Potter, 1993; Keller, 1982). Nesse sentido, distintas tentativas vêm sendo formuladas com o propósito de sistematizar e classificar tais correntes, considerando suas especificidades conceituais e metodológicas.

Uma das primeiras tentativas de sistematização das abordagens da epistemologia feminista foi proposta por Evelyn Fox Keller em 1982 – sendo está a visão adotada nesse estudo. De acordo com a autora, é possível identificar diferentes níveis de crítica feminista à ciência, que variam desde uma abordagem liberal, mais conciliatória em relação aos pressupostos fundamentais da ciência hegemônica, até uma crítica radical, que desafia as bases conceituais sobre as quais essa ciência se estrutura.

As epistemologias feministas podem ser situadas em um espectro contínuo, no qual sua posição é determinada pela intensidade do questionamento que formulam. As de orientação liberal concentram-se na defesa da equidade de acesso entre homens e mulheres no campo científico, sem, contudo, contestar a organização estrutural da ciência, limitando-se a reivindicar a inclusão. Em contraste, as epistemologias feministas radicais identificam o androcentrismo como um elemento constitutivo do cerne da ciência, colocando sob escrutínio categorias como racionalidade, objetividade e universalidade, com vistas à sua reformulação. Já as perspectivas intermediárias, denominadas pela autora como "semi-radical", reconhecem e problematizam a centralidade dos interesses masculinos na produção do conhecimento e a forma como o androcentrismo se manifesta nas práticas científicas, mas não chegam a propor uma reformulação epistemológica profunda.

As correntes da epistemologia feminista diferem em suas abordagens e objetivos: a vertente liberal busca reformar a ciência a partir de dentro, promovendo a inclusão de mulheres e outras minorias nos processos científicos, sem necessariamente questionar seus fundamentos; a corrente radical propõe uma reestruturação profunda da ciência, argumentando que seus métodos e pressupostos são intrinsecamente androcêntricos e excludentes; já a perspectiva semi-radical reconhece as limitações da ciência tradicional, mas acredita na possibilidade de transformação por meio da incorporação das experiências e perspectivas das mulheres, sem uma ruptura total com as escolas de pensamento existentes.

Nessa constelação diversa de epistemologias feministas, também emergem propostas oriundas de perspectivas ecossocialistas e decoloniais que ampliam o escopo da crítica ao integrar as dimensões ecológicas, raciais e de classe aos debates sobre a produção do conhecimento. Autoras como Isabelle Stengers (2018), ao propor uma "ecologia de práticas", e Nancy Fraser (2019), ao reivindicar um feminismo voltado à justiça redistributiva, de reconhecimento e de representação, reforçam que a transformação epistemológica está necessariamente articulada às lutas políticas mais amplas por uma outra sociedade. Assim, pensar epistemologias feministas implica também reconhecer a pluralidade de feminismos – negros, comunitários, indígenas, populares, ecológicos – que, em seus contextos, resistem às formas de domínio epistêmico e constroem saberes comprometidos com a vida, com a dignidade e com a sobrevivência coletiva.

Impacto na Ciência Moderna

No cerne das análises feministas sobre a ciência, destaca-se a ênfase na influência do contexto sociocultural em que o conhecimento é produzido. A inserção histórica e social que molda corpos, subjetividades e instituições exerce um impacto significativo sobre os processos de construção do saber científico (Crasnow, 2020).

As epistemologias feministas evidenciam como o sexismo e outros vieses estruturantes incidem sobre a produção científica, influenciando tanto a definição das agendas de pesquisa quanto a condução teórico-metodológica e os critérios de validação do conhecimento. Conferem centralidade ao reconhecimento das implicações socioculturais que permeiam as práticas científicas e, ao tomar como eixo analítico o impacto das relações de gênero na ciência, investigam em que medida e por quais razões essa variável se apresenta como estruturante para a compreensão das dinâmicas de produção do conhecimento (Harding, 1991; Crasnow, 2020).

A epistemologia feminista tem promovido mudanças significativas na prática científica, especialmente ao destacar a importância da diversidade de perspectivas na pesquisa, por exemplo, na medicina, estudos feministas revelaram como a pesquisa clínica tradicional frequentemente negligenciava as especificidades biológicas e sociais das mulheres, levando ao desenvolvimento de protocolos mais inclusivos e representativos; na antropologia, a incorporação de abordagens feministas resultou em análises mais sensíveis às questões de gênero, desafiando narrativas universalistas e destacando as experiências das mulheres em diferentes culturas (Souza; Ferreira, 2023).

Ademais, a epistemologia feminista influenciou a metodologia científica, promovendo técnicas de pesquisa participativas e colaborativas que valorizam as vozes dos sujeitos estudados; na sociologia, por exemplo, pesquisas passaram a incorporar entrevistas em profundidade e histórias de vida para capturar as experiências complexas das mulheres em contextos diversos. Essas abordagens desafiam a objetividade tradicional, reconhecendo que o conhecimento é construído em interação com os participantes e que a reflexividade do pesquisador é de grande importância para a produção de conhecimento ético e relevante (Lima; Arouche; Nunes, 2022).

Práticas Decoloniais na Produção e Disseminação do Conhecimento

A decolonialidade é compreendida como uma abordagem ético-epistemológica que se fundamenta na produção de conhecimento vinculada a princípios de justiça cognitiva e à subversão das hierarquias epistêmicas herdadas da modernidade colonial (Santos, 2018; Mignolo, 2003). Essa perspectiva recusa a universalização do modelo eurocêntrico de ciência, ao mesmo tempo em que valoriza epistemologias situadas, enraizadas nas experiências de povos historicamente subalternizados. Assim, pensar e praticar decolonialmente é um ato político e pedagógico que visa desconstruir os dispositivos de dominação e de apagamento do Outro. Para Paula e Paim (2024, p. 3), “a construção da decolonialidade, a busca por um modo de vida outro, não foi um acontecimento como um estouro, é uma outra forma de ver o mundo que vem se alimentando de várias teorias e estudos”.

Como expressão política insurgente, a decolonialidade atua na desestabilização de um marco epistêmico moderno/colonial, que historicamente operou na usurpação dos direitos de existência, identidade e pertencer de sujeitos racializados, colonizados e dissidentes. Isso inclui não apenas a exploração de corpos e territórios, mas também o epistemocídio de suas formas de vida, espiritualidades, oralidades e cosmologias (Lugones, 2008; Quijano, 2005).

No campo da educação e da produção do conhecimento, a perspectiva decolonial propõe uma rearticulação entre saber e poder, desafiando os currículos e instituições acadêmicas que ainda operam segundo lógicas excludentes. A colonialidade do saber, tal como formulada por Quijano (2005), revela a permanência de uma matriz de poder que define o que pode ou não ser considerado conhecimento legítimo, marginalizando saberes não ocidentais e modos de existência não capitalistas.

Essa marginalização também se manifesta na forma como as epistemologias de mulheres negras, indígenas e periféricas são tratadas como "testemunhos" e não como teorias, o que revela um duplo silenciamento: pela raça e pelo gênero. O feminismo decolonial emerge, portanto, como uma resposta crítica às limitações do feminismo hegemônico, que universaliza experiências femininas brancas e ocidentais, negligenciando os atravessamentos da colonialidade nas vidas das mulheres racializadas (Lugones, 2008; Curiel, 2007).

As práticas decoloniais na produção e disseminação do conhecimento são, muitas vezes, conduzidas em espaços não institucionais, como comunidades, redes autônomas, coletivos feministas periféricos e plataformas digitais, onde saberes são compartilhados de forma horizontal e situada. Projetos como "Mulheres Negras Fazendo Ciência" (Nery et al., 2021), que atua com divulgação científica em linguagem acessível e ativismo digital, "Investiga, Menina!" (Bastos, 2020), que promove encontros interculturais entre pesquisadoras negras e comunidades locais, e "Deusa Cientista" (Eller, 2025), protagonizado por Kananda Eller em vídeos e podcasts sobre ciência, ancestralidade e antirracismo, são exemplos emblemáticos de comunicação científica insurgente. Esses projetos não apenas visibilizam trajetórias de mulheres negras na ciência, como também mobilizam a oralidade, a afetividade e a memória coletiva como formas legítimas de produção de conhecimento.

Tais iniciativas desconstroem o mito da neutralidade científica e evidenciam que toda produção de conhecimento é atravessada por relações de poder. Elas também atuam na reversão do epistemicídio ao reinscrever saberes negados em territórios que os legitimem, promovendo o que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina "ecologia de saberes". Isso significa reconhecer a validade de saberes ancestrais, orais, espirituais e comunitários como parte da constelação epistêmica do mundo.

Por fim, é necessário compreender que práticas decoloniais não se restringem a uma teoria, mas são exercícios cotidianos de resistência, reexistência e reencantamento do mundo. Ao recuperar saberes silenciados e propor novas formas de relação com o conhecimento, com a natureza e com os outros, essas práticas abrem caminho para uma ciência radicalmente plural, insurgente e comprometida com a dignidade da vida em todas as suas formas.

Ciência Para Quem? A Invisibilidade das Mulheres negras no Conhecimento Acadêmico

A ciência é frequentemente apresentada como um campo neutro, orientado pela razão e pelo mérito, no entanto, essa imagem idealizada contrasta com uma realidade marcada por profundas desigualdades raciais e de gênero. Quando se pergunta: quem tem acesso à produção do conhecimento? Quem tem suas ideias reconhecidas? As respostas evidenciam um histórico persistente de exclusão das mulheres negras dos espaços acadêmicos.

Essa exclusão é estrutural e se inicia muito antes da universidade. Dados do Censo 2022 do IBGE revelam que, entre mulheres com 25 anos ou mais, 7,4% das negras não têm nenhuma instrução formal, em comparação com 4,3% das mulheres brancas. A evasão escolar também é mais acentuada entre mulheres negras: 29,7% não concluem o ensino fundamental, contra 23,3% das mulheres brancas. Ainda que mais mulheres negras completem o ensino médio (31,5% frente a 28,2%), sua taxa de não conclusão do ensino médio é maior: 5,5% contra 3,7% das brancas (IBGE, 2022).

No ensino superior, o abismo se amplia. Apenas 14,7% das mulheres negras concluem a graduação, frente a 29% das mulheres brancas (IBGE, 2022). De acordo com Pinheiro (2019), apenas 10,4% das mulheres negras entre 25 e 44 anos concluem o ensino superior. Na pós-graduação, menos de 3% das docentes doutoras fazem parte de programas de pós-graduação (Santos, 2023), revelando a precariedade da representatividade negra na produção acadêmica de alto nível.

Mesmo quando ingressam na carreira científica, as mulheres negras enfrentam barreiras para acessar financiamentos e reconhecimento institucional. Segundo levantamento do movimento Parent in Science, em 2023, das 16.108 bolsas de produtividade do CNPq, apenas 0,8% foram destinadas a mulheres pretas e 4,8% a mulheres pardas. No nível 1A, o mais alto da carreira, nenhuma mulher preta foi contemplada, e apenas 1,3% das pesquisadoras eram pardas (Dias, 2023).

Frente a esse cenário, é fundamental reconhecer que a exclusão das mulheres negras da ciência não é fruto do acaso, mas resultado de um sistema estrutural que historicamente deslegitima seus saberes e presenças. É nesse contexto que emergem as epistemologias feministas negras, que se propõem a desestabilizar os marcos tradicionais da produção do conhecimento.

Essas epistemologias, como apontam autoras como Patricia Hill Collins (2019) e bell hooks (2015), tomam as experiências vividas por mulheres negras como ponto de partida para a elaboração de teorias e práticas de resistência. Collins destaca a oralidade, a subjetividade e a coletividade como elementos fundantes de um "cânone alternativo", que desafia a lógica racionalista e fragmentadora da ciência ocidental. Para hooks, a teoria feminista negra deve emergir da escuta radical das vozes historicamente silenciadas, constituindo-se como uma práxis comprometida com a transformação social.

Sueli Carneiro (2003) acrescenta a urgência de "enegrecer o feminismo", denunciando a ausência sistemática da mulher negra nas formulações feministas latino-americanas. Para ela, as mulheres negras ocupam uma posição de fronteira epistêmica que lhes permite formular resistências a partir de suas práticas culturais, espirituais e comunitárias.

Nesse campo, a interseccionalidade é uma ferramenta essencial. Conceituada por Kimberlé Crenshaw (2004), ela revela como as opressões de raça, gênero, classe e sexualidade se entrelaçam, produzindo formas específicas de subalternização. Carla Akotirene (2019) reforça que a interseccionalidade não pode ser reduzida a uma sobreposição de marcadores, mas deve ser compreendida como um marco crítico e radical que denuncia as estruturas coloniais e patriarciais do saber.

Essas perspectivas não apenas denunciam a exclusão, mas propõem a legitimação de formas alternativas de conhecimento. Iniciativas como o canal Deusa Cientista (Eller, 2025) e o projeto "Mulheres Negras Fazendo Ciência" (Nery; Cabral; Sousa, 2021) trazem para o centro do debate acadêmico saberes orais, cotidianos e enraizados nas experiências de mulheres negras cientistas. Elas são exemplos de práticas de comunicação científica que rompem com o silenciamento estrutural, criando espaços de visibilidade, pertencimento e autonomia cognitiva.

Reconhecer esses saberes é mais que um gesto de inclusão: é um ato político de reparação histórica e de justiça cognitiva. Como afirmam hooks (2015) e Collins (2017), é preciso deixar de ver as mulheres negras como objeto de estudo e reconhecê-las como sujeitas epistêmicas. Trata-se de transformar os fundamentos da ciência, abrindo-a à pluralidade dos mundos e ao protagonismo de quem historicamente foi negado.

Epistemologias Feministas Negras: Construindo uma nova escola epistêmica no âmago Interseccional

O pensamento de Patricia Hill Collins representa um marco na construção de uma epistemologia feminista negra comprometida com a justiça social e o reconhecimento dos saberes produzidos por mulheres negras. Para a autora, as experiências vividas por essas mulheres funcionam como ponto de partida para a elaboração de um conhecimento situado que desafia a lógica dominante, racializada e sexista da academia ocidental. Essa abordagem valoriza a subjetividade, a oralidade, a ancestralidade e a coletividade como elementos epistemológicos válidos, promovendo um deslocamento epistêmico no modo como o conhecimento é tradicionalmente legitimado (Collins, 2019).

Collins (2017) enfatiza que o feminismo negro não é apenas uma reação às exclusões promovidas pelo feminismo hegemônico, mas sim uma proposta teórica autônoma, que articula raça, gênero, classe e sexualidade como dimensões interdependentes. Sua crítica ao epistemocídio acadêmico é contundente: a desvalorização dos saberes de mulheres negras não é uma falha eventual, mas parte de uma estrutura sistemática de exclusão. Para ela, construir um "pensamento feminista negro" é instaurar um espaço de resistência política e epistêmica.

A contribuição de bell hooks é igualmente significativa. Ela argumenta que o feminismo só pode ser efetivamente transformador se considerar as experiências de mulheres racializadas e empobrecidas, historicamente marginalizadas no discurso dominante. Para hooks (2015), a construção teórica deve emergir da escuta e valorização das vozes de mulheres negras, promovendo uma teoria feminista moldada a partir da vivência concreta e não apenas de abstrações universalistas. Sua abordagem rompe com os limites impostos por uma academia elitista e propõe uma práxis comprometida com o cotidiano, em que teoria e prática são indissociáveis e orientadas para a transformação social.

Sueli Carneiro (2003) acrescenta a necessidade de "enegrecer o feminismo", ao evidenciar a ausência histórica da mulher negra nas formulações feministas latino-americanas. Segundo a autora, a mulher negra ocupa uma posição de fronteira epistêmica que lhe permite enxergar múltiplas opressões e, simultaneamente, formular resistências alternativas. Sua crítica à hegemonia branca no feminismo é acompanhada da valorização de práticas culturais, espirituais e políticas das mulheres negras como formas legítimas de conhecimento. Carneiro propõe, assim, uma reestruturação dos marcos teóricos feministas a partir de uma perspectiva afrocentrada e decolonial.

A perspectiva interseccional é central para compreender as múltiplas camadas de opressão que afetam a vida das mulheres negras. Kimberlé Crenshaw (2004), ao cunhar o termo “interseccionalidade”, destacou que estruturas de dominação – racismo, sexism, classismo – não atuam isoladamente, mas se sobrepõem e articulam, produzindo experiências singulares de subalternização. Essa abordagem permite a formulação de estratégias de resistência que não tratam as opressões de forma fragmentada, mas como um sistema integrado de dominação.

Crenshaw (2004) aponta que a interseccionalidade é tanto uma categoria analítica quanto um instrumento político. Carla Akotirene (2019) reforça que o conceito não pode ser esvaziado de seu caráter radical e transformador. Ela critica usos reducionistas da interseccionalidade como mera sobreposição de identidades e defende que se trata de um uma epistemologia crítica que confronta os fundamentos coloniais, patriarcais e racistas da produção do conhecimento. Para Akotirene, pensar interseccionalmente é romper com o universalismo abstrato da ciência moderna.

A produção de conhecimento interseccional exige o reconhecimento da posição social e histórica de quem o produz. Isso significa não apenas incluir as vozes das mulheres negras, mas reconhecer seus saberes como legítimos. A oralidade, a espiritualidade, a ancestralidade e a vivência comunitária, por vezes marginalizadas, constituem epistemologias válidas que desafiam a lógica racionalista do saber hegemônico (Collins, 2019; Carneiro, 2003).

Essa legitimidade epistêmica manifesta-se também nas práticas cotidianas de resistência e cuidado, como observa Carneiro (2003): os saberes das mulheres negras estão presentes nos terreiros, nas cozinhas, nos salões, nas lutas políticas e nos movimentos sociais. Essas práticas, ainda que historicamente desconsideradas, revelam um conhecimento profundo sobre o corpo, o mundo e a coletividade.

Reconhecer os saberes das mulheres negras como epistemologias não é apenas um ato de inclusão, mas de reparação e justiça cognitiva. Trata-se de reverter séculos de silenciamento e construir um espaço onde essas vozes não apenas sejam ouvidas, mas estruturam os marcos do pensamento crítico contemporâneo. Como afirmam hooks (2015) e Collins (2017), transformar uma escola epistemológica requer que as mulheres negras deixem de ser tratadas como objeto de estudo para serem reconhecidas como sujeitas epistêmicas centrais na construção do conhecimento — uma transformação que se desdobra concretamente nas estratégias de resistência e nas práticas inclusivas de comunicação científica que serão exploradas na próxima seção. requer que as mulheres negras deixem de ser tratadas como objeto de estudo para serem reconhecidas como sujeitas epistêmicas centrais na construção do conhecimento.

Essa virada epistêmica encontra ressonância em práticas de divulgação científica contra-hegemônicas que emergem tanto em contextos locais quanto globais, como nos projetos de comunicação científica comunitária em favelas brasileiras, nas universidades populares do Equador ou nos coletivos de pesquisadoras africanas que articulam saberes ancestrais com ciência contemporânea. É nesse horizonte que se abre o debate sobre ciência em movimento, resistência e transformação. Não é apenas um ato de inclusão, mas

de reparação e justiça cognitiva. Trata-se de reverter séculos de silenciamento e construir um espaço onde essas vozes não apenas sejam ouvidas, mas estruturam os marcos do pensamento crítico contemporâneo. Como afirmam hooks (2015) e Collins (2017), transformar o padrão epistemológico requer que as mulheres negras deixem de ser tratadas como objeto de estudo para serem reconhecidas como sujeitas epistêmicas centrais na construção do conhecimento.

Essa virada epistêmica encontra ressonância em práticas de divulgação científica contra-hegemônicas que emergem tanto em contextos locais quanto globais. Além disso, vale destacar que a educação é um dos principais pilares para a construção do protagonismo humano e da igualdade de gênero. Como apontam Ketzer e Scheffer (2021), a educação como prática da liberdade representa a ligação entre o que eles [os estudantes] estão aprendendo e sua experiência global da vida, reiterando que a emancipação cognitiva exige articulação entre teoria, vivência e transformação social.

Ciência em Movimento: Divulgação Científica, Resistência e Transformação

A democratização do conhecimento científico exige a desconstrução das hierarquias históricas que marginalizaram grupos sociais inteiros, em especial as mulheres negras. Como afirmam Nery, Cabral e Sousa (2021), é fundamental refletir sobre os impactos das estruturas sociais de gênero e raça na produção, circulação e divulgação do conhecimento. Quando a ciência e sua representação permanecem restritas a determinados grupos, nega-se não apenas o acesso à informação, mas também o direito de pertencer, de sonhar e de transformar a realidade.

A intersecção entre ciência e desigualdade revela um processo persistente de silenciamento de vozes negras e femininas, tanto na mídia quanto na academia. Essa invisibilidade não é acidental: trata-se de um apagamento histórico e simbólico que exige estratégias de reparação e resistência. A democratização do conhecimento deve, portanto, considerar a diversidade de sujeitos e de saberes como condição essencial para uma ciência mais plural e transformadora.

Iniciativas como o projeto "Meninas e Mulheres nas Ciências" (MMC), relatado por Costa et al. (2022), demonstram o poder da representatividade na reconstrução dos imaginários científicos. A partir do resgate de 26 biografias de cientistas negras brasileiras e afrodescendentes, o projeto promoveu o reconhecimento dessas mulheres como figuras legítimas da ciência nacional, utilizando linguagem acessível e recursos lúdicos como caçapalavras, desenhos e passatempos. O uso de mídias digitais — blogs, redes sociais e plataformas interativas — possibilitou ampla disseminação e engajamento, alcançando mais de 15 mil visualizações e comentários de identificação e emoção por parte do público.

Ao destacar epistemologias negras, o projeto MMC também ampliou o conceito de ciência, valorizando saberes oriundos das ciências humanas e sociais, frequentemente desvalorizadas em relação às ciências exatas e biológicas. Cientistas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro foram incorporadas ao repertório científico do projeto,

revelando que mulheres negras produzem ciência em múltiplas frentes — acadêmica, política, comunitária, estética e espiritual.

Em outros contextos africanos, também se observam experiências potentes de divulgação científica decolonial. No Quênia, coletivos como o Mawazo Institute apoiam pesquisadoras africanas com formações e mentorias voltadas à ciência engajada socialmente e sensível às desigualdades de gênero e raça. Esses exemplos mostram que uma ciência mais inclusiva é possível quando se rompe com o modelo universalista e eurocentrado da produção científica.

Nesse sentido, as universidades e agências de fomento desempenham papel crucial. Para que iniciativas como o MMC e outras semelhantes prosperem, é necessário que elas sejam reconhecidas como práticas legítimas de produção científica e não apenas como ações periféricas de extensão. Editais específicos voltados à diversidade epistêmica, ao protagonismo de mulheres negras na ciência, ao incentivo à divulgação científica comunitária e à ciência cidadã podem fomentar transformações estruturais. Experiências como o Programa Abdias Nascimento (CAPES/MEC), o Bônus de Diversidade do Instituto Serrapilheira e os editais de ações afirmativas nas pós-graduações indicam caminhos possíveis, mas ainda tímidos diante da magnitude das desigualdades.

Como apontado pelo coletivo francês *Science for the People*, inspirado pelo marxismo ecológico, “a ciência precisa ser socializada e devolvida às mãos do povo” (SftP, 2020). Essa perspectiva, originada nos movimentos de esquerda radical dos anos 1970 e rearticulada no século XXI em torno da justiça ambiental e da crítica ao capitalismo tecno científico, afirma que a divulgação científica deve ser também um instrumento de emancipação popular.

Por fim, pensar uma divulgação científica transformadora é romper com a ideia de um sujeito universal da ciência, historicamente representado por homens brancos. Como defendem Nery, Cabral e Sousa (2021), é preciso compreender as experiências de mulheres negras não como exceções, mas como constitutivas da ciência brasileira e global. Representar, reconhecer e institucionalizar essas vozes é um passo urgente para construir uma ciência que não apenas informe, mas que também emancipe.

Considerações Finais

Este trabalho evidenciou a necessidade urgente de repensar os fundamentos que sustentam a produção e a legitimação do conhecimento científico, sobretudo diante da crítica às epistemologias hegemônicas que, alicerçadas na racionalidade ocidental, excluem sistematicamente saberes outros — em especial os produzidos por mulheres negras. Nesse contexto, epistemologias feministas negras e decoloniais não apenas denunciam as estruturas excludentes, mas propõem alternativas teóricas, metodológicas e políticas para a construção de uma ciência mais democrática, plural e comprometida com a justiça cognitiva.

A análise da invisibilidade das mulheres negras na academia revelou que o conhecimento científico é atravessado por marcadores de raça, gênero e classe. A trajetória

dessas mulheres é marcada por um duplo apagamento: o primeiro, de natureza histórica, operado pela colonialidade do saber; o segundo, de caráter institucional, reproduzido nas práticas e estruturas que regulam o acesso, a permanência e o reconhecimento na ciência. Os dados e relatos apresentados ao longo do trabalho comprovam que essa exclusão não é circunstancial, mas estrutural.

Ao mesmo tempo, ao destacarmos a potência das epistemologias feministas negras — representadas aqui por autoras como Patricia Hill Collins, bell hooks, Sueli Carneiro, entre outras — compreendemos que essas perspectivas não se limitam à denúncia, mas constroemativamente novas escolas de conhecimento epistêmico. A valorização da subjetividade, da oralidade, da ancestralidade e da experiência cotidiana emerge como alternativa à objetividade abstrata e universalista da ciência tradicional. A interseccionalidade, nesse cenário, constitui uma chave interpretativa e transformadora, capaz de articular múltiplas formas de opressão e de produzir novos sentidos para a prática científica.

A partir da análise de práticas de divulgação científica com viés feminista e decolonial — como o projeto Meninas e Mulheres nas Ciências (MMC) no Brasil, as experiências do Mawazo Institute no Quênia — ficou evidente que a comunicação da ciência pode ser um instrumento de transformação social. Essas experiências não apenas visibilizam trajetórias silenciadas, como também desafiam a concepção elitista e eurocentrada da ciência, promovendo a inclusão de sujeitos historicamente marginalizados e a valorização de saberes plurais.

Reconhecer as mulheres negras como sujeitas epistêmicas e promotoras de ciência exige, portanto, uma reconfiguração dos critérios de legitimidade do saber. Essa transformação passa por políticas públicas afirmativas, editais específicos, reconhecimento institucional e, sobretudo, uma mudança de padrões nas universidades, nas agências de fomento e nos espaços de formação e divulgação do conhecimento.

Mais do que um debate acadêmico, este trabalho reforça que a promoção das epistemologias feministas e práticas decoloniais é um ato político de resistência e reexistência. Trata-se de uma apostila em uma ciência situada, coletiva e comprometida com os desafios do nosso tempo — uma ciência que escute, valorize e incorpore a diversidade de vozes, histórias e formas de conhecer. Somente assim será possível avançar rumo a um futuro em que a produção de conhecimento seja, de fato, um direito de todas as pessoas.

Referências

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pôlen, 2019.
- ALCOFF, L.; POTTER, E. *Feminist Epistemologies*. Routledge, 1993.
- BASTOS, M. A. *Investiga menina: estudos sobre a parceria colaborativa entre o movimento social e a universidade como estratégia de divulgação científica*. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Química) – Instituto de Química, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/programas/abdias-nascimento>. Acesso em: 01 abr. 2025.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. *Cadernos Pagu*, s/v, n. 51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>. Acesso em: 04 abr. 2025.

COLLINS, P. H. *Pensamento Feminista Negro*: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, M. F.; LOPES, Rauany; GUSMÃO, Claudemira V.; SILVEIRA, Camila. Divulgação Científica sobre Cientistas Negras Brasileiras por meio de materiais lúdico-educativos postados em um blog. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE DIVULGADORES DE CIÊNCIAS, [1.], 2022, São Paulo. *Caderno de resumos: I Encontro Brasileiro de Divulgadores de Ciências*. 1. ed. São Paulo: Instituto Principia, 2023. p. 51-54. Disponível em: blogs.unicamp.br/ebdc/wp-content/uploads/sites/284/2023/05/69.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

CRASNOW, S. *Feminist Perspectives on Science*. The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/feminism-science/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: UNIFEM (org.). *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília, DF: Unifem, 2004. p. 7-16.

DIAS, P. Minoria na Ciência, mulheres pretas e indígenas não recebem bolsa de pesquisa mais valorizadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/11/20/minoria-na-ciencia-mulheres-negras-e-indigenas-nao-recebem-as-bolsas-de-pesquisa-mais-valorizadas.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ELLER, K. *Deusa Cientista*. Disponível em: <https://deusacientista.com.br/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização: Flávia Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARDING, S. *Whose Science? Whose Knowledge? - Thinking from Women's Lives*. Cornell University Press, 1991.

hooks, b. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

IBGE – INSTITUTO SERRAPILHEIRA. *Bônus de diversidade*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://serrapilheira.org/bonus-de-diversidade/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

KELLER, E. F. Feminism and science. *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 7, n. 3, p. 589-602, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3173856JSTOR>. Acesso em: 05 abr. 2025.

KELLER, E. F. Qual foi o Impacto do Feminismo na Ciência? *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 19-50, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>. Acesso em: 04 abr. 2025.

KETZER, P.; SCHEFFER, A. P. Socialização feminina, protagonismo humano e educação: uma análise a partir de Christine de Pizan. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 28, n. 1, p. 258-275, 2021. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/11405>. Acesso em: 11 dez. 2025.

KILOMBA, G. *Descolonizando o conhecimento*: uma palestra-performance [Palestra]. Tradução: Jéssica Oliveira. [S. I.]: YouTube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dkFRxR9F23k>. Acesso em: 04 abr. 2025.

LONGINO, H. E. Feminist Epistemology. In: GRECO, J.; SOSA, E. (ed.). *The Blackwell Guide to Epistemology*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 1999. p. 131-152.

LONGINO, H. E. *Science as Social Knowledge*: Values and Objectivity in Scientific Inquiry. Princeton University Press, 1990.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 abr. 2025.

MAWAZO INSTITUTE. Homepage. Nairobi, Quênia, 2023. Disponível em: <https://mawazoinstitute.org>. Acesso em: 01 abr. 2025.

MIGNOLO, W. *Histórias locais / Projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NERY, A. S. D.; CABRAL, L. F. E.; SOUSA, A. L. N. de. Mulheres negras e a divulgação científica nas mídias e redes sociais. *Revista do EDICC*, Campinas, v. 7, p. 121-128, out. 2021. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/6569>. Acesso em: 04 abr. 2025.

OLIVA, A. Como estudar o conhecimento: o conhecimento do conhecimento. In: OLIVA, A. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 9-22.

- PAULA, J. B. de; PAIM, E. A. Contribuições do legado de Paulo Freire ao pensamento decolonial educacional e antirracista. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 31, n. 1, p. e16348, 2024. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/16348/114118116>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- PINHEIRO, B. C. S. As mulheres negras e a ciência no Brasil: “e eu, não sou cientista?”. 2019. Disponível em: <https://www.comciencia.br/as-mulheres-negras-e-ciencia-no-brasil-e-eu-nao-sou-uma-cientista/>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 73-78.
- RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63. Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra, out. de 2002.
- SANTOS, B. de S.; MENESSES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. 1. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SANTOS, V. M. dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 30, e200112, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- SARDENBERG, C. M. B. *Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?* 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- SATTLER, J. Epistemologia Feminista. 2019. Disponível em: <https://ppgd.ufsc.br/files/2019/05/Epistemologia-Feminista-texto-para-leitura-pr%C3%A9via.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SftP – SCIENCE FOR THE PEOPLE. *Science Under Occupation: A View from Palestine and the U.S.* Science for the People Magazine, Issue 23, 2020. Disponível em: <https://magazine.scienceforthepeople.org>. Acesso em: 01 abr. 2025.
- TABUCH, M. G.; ROSSI, A. do C. S. Construindo uma epistemologia feminista decolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 3, e92728, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n392728>. Acesso em: 04 abr. 2025.